
Jornalismo independente: uma análise de reportagens da Agência Eco Nordeste sobre o racismo ambiental¹

Sebastião Rocha ARAÚJO²

Alexandre Zarate MACIEL³

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

Resumo

O presente artigo é resultado da análise de duas reportagens de fôlego sobre racismo ambiental publicadas no veículo de mídia de jornalismo independente Agência Eco Nordeste. Para a análise foram considerados os dados correspondentes aos critérios como quantidade e síntese das falas de fontes comuns, especializadas, oficiais e documentais; contexto das fotografias; estrutura textual da reportagem e apresentação contextualizada do tema central. As conclusões da análise reforçam a importância do jornalismo independente para a abordagem de temáticas de cunho social e de direitos humanos, enfatizando os conceitos de subjetividade (MORAES, 2019) e humanização (IJUIM, 2017), a partir da pluralidade de vozes orquestradas das fontes comuns.

Palavras-chave: jornalismo independente; racismo ambiental; Agência Eco Nordeste; fontes comuns; contextualização.

Introdução

Neste artigo, apresentamos e debatemos os dados obtidos a partir da análise de duas reportagens produzidas pela Agência de Conteúdo Eco Nordeste, veículo de mídia independente do Ceará, que abordam o racismo ambiental em três estados do Nordeste brasileiro. A análise é parte integrante do projeto “Reportagem de Fôlego Social no jornalismo independente do Nordeste”, realizado pelo grupo de pesquisa Jornalismo de Fôlego, vinculado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz.

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 2º. semestre do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de Imperatriz (MA), e-mail: sr.araujo@discente.ufma.br

³ Orientador do trabalho. Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de Imperatriz (MA), e-mail: alexandre.maciell@ufma.br

A proposta do projeto é mapear e identificar as mídias jornalísticas da região Nordeste do Brasil que atuam de forma independente e se dedicam à produção de reportagens de fôlego voltadas para temas de âmbito social e de direitos humanos. A análise desses veículos visa compreender como esses temas são abordados e descritos dentro do âmbito local em que são produzidos, a contribuição da diversidade de fontes orais, sobretudo as comuns, para o contexto da reportagem, o processo de humanização e o que revelam as fontes documentais e as fotografias.

A primeira reportagem analisada, intitulada “Mulheres quilombolas são linha de frente da resistência ao racismo ambiental em SE”, relata a resistência das comunidades quilombolas de Brejo Grande, Brejão dos Negros, Carapitanga, Santa Cruz e Resina, localizadas no estado de Sergipe, diante das ameaças que afetam tanto o meio ambiente como a atividade pesqueira exercida pelos moradores. Publicada em 13 de julho de 2022, a reportagem foi produzida pela equipe composta por Agatha Christie Silva, jornalista, e Vinicius Oliveira, responsável pelas fotografias. A jornalista elaborou a matéria com a bolsa de jornalismo fornecida pela ClimaInfo, com o apoio financeiro do Instrumento de Parceria da União Europeia com o Ministério Federal Alemão para o Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear (BMU) no contexto da Iniciativa Climática Internacional (IKI).

Redigida em formato de vivência e intitulada de “Dos portos aos morros: a face do racismo ambiental em Recife e Salvador”, a segunda reportagem analisada aborda o racismo ambiental em duas capitais do Nordeste brasileiro: Recife, em Pernambuco, e Salvador, na Bahia. Esta reportagem foi publicada em 18 de setembro de 2023, com texto e fotografias de autoria do jornalista Victor Moura. O repórter teve o financiamento do edital “Bolsas de Reportagem: Justiça Climática”, promovido pela Associação de Jornalismo Digital (Ajour), com apoio do Instituto Clima e Sociedade (iCS), para a produção dessa matéria.

Transformação, subjetividade e humanização

Com o advento da revolução tecnológica digital e da criação de novos meios de comunicação, o jornalismo tem passado por múltiplas adaptações para continuar exercendo a função de informar e promover o debate público a respeito dos

acontecimentos do dia a dia, no contexto dos atuais panoramas sociais. Não somente a forma de fazer jornalismo tem se modificado, mas percebe-se, também, que a atividade jornalística como um todo tem ultrapassado fronteiras para adentrar novos territórios e firmar espaço na era digital. Desse modo, o jornalismo impresso cedeu, nas últimas décadas, espaço significativo diante do avanço da produção jornalística *on-line*.

As rupturas provocadas pelas novas tecnologias e por outros processos da pós-modernidade (HARVEY, 1993), como o enfraquecimento do Estado-Nação e a financeirização do capital, mobilizam deslocamentos físicos e simbólicos que tensionam as fronteiras dos territórios (culturais, geográficos e subjetivos) forçando as desterritorializações e reterritorializações. Nesse sentido, o próprio jornalismo, enquanto um território cultural e econômico, sofre ações desterritorializantes e se reorganiza em busca de novos significados para si e para os sujeitos que habitam esse território. (Almeida Filho e Silva, 2019, p. 5).

Nesse contexto, percebe-se ainda que o jornalismo das mídias tradicionais (impresso, rádio e televisão) tem enfrentado crises quanto à desvalorização do conteúdo que é divulgado e das respostas do público ao excesso ou à falta de informação. Ao falarmos de desvalorização do conteúdo, cabe mencionar a ascensão do movimento de *fake news* (em português, notícias falsas) que têm assolado as redes sociais e posto em xeque a credibilidade de jornalistas e profissionais da comunicação em todo o Brasil.

O excesso de *hard news* (em português, notícias importantes), apresentadas de forma fragmentada, contribui também para a desvalorização das informações, visto que prevalece a tendência, nos veículos jornalísticos de referência, de atualizar o público a cada minuto, o que pode gerar, muitas vezes, a perda brusca da qualidade da informação. Diante deste cenário, surge a contraposição do chamado jornalismo independente.

Em busca de se reposicionar no mercado, mas também a fim de recuperar valores fundamentais deixados em segundo plano pelos meios tradicionais e, em última instância, reconquistar uma credibilidade ‘perdida’, muitos jornalistas migram para o chamado jornalismo independente. (Patrício e Batista, 2020, p. 4).

O jornalismo independente “é definido, em geral, por ser um jornalismo realizado sem vinculação econômica ou editorial a grandes grupos empresariais, na perspectiva de contraposição à mídia convencional” (Lima, 2013 *apud* Reis, 2017, p. 194). É marcado pela contextualização e aprofundamento e por ser produzido com

tempo mais dilatado, caracterizando-o assim como jornalismo de fôlego, voltado para as temáticas sociais e de direitos humanos.

Ao abordar os temas sociais, o jornalismo independente explora um campo de notícias que é pouco evidenciado, ou mesmo negligenciado, pela mídia convencional, provocando no público o interesse pelo debate e o questionamento sobre problemáticas que atingem uma parcela da população e que não são expostas com a devida relevância. De acordo com Sousa e Freitas (2020, p. 4), “o reconhecimento das questões racial, de gênero e indígena, ainda que com atraso, é um exemplo dos efeitos desse movimento contra hegemônico no âmbito das discussões mundiais no campo dos direitos humanos”.

Esse modelo de jornalismo é marcado, também, pela presença de duas características essenciais que o torna mais próximo dos locais de investigação e dos grupos e pessoas entrevistadas: a subjetividade e a humanização. Segundo Fabiana Moraes (2009, p. 207), “a subjetividade como elemento para tratar desses temas tão recorrentes no âmbito do jornalismo passou a ser uma ferramenta importante na busca pela produção de representações mais integrais sobre pessoas e grupos”.

Quando falamos em *hard news* e nos valores-notícia das matérias difundidas nas mídias tradicionais, percebemos que o foco está reduzido a informar o fato, provocando até mesmo uma certa competitividade em relação a qual o veículo ou emissora informa mais rápido o acontecimento. Percebe-se, assim, que nesse tipo de abordagem jornalística passam despercebidos, por exemplo, os personagens no local da notícia, os recortes sociais presentes no cenário e o contexto que envolve o fato noticiado. A subjetividade no contexto das mídias independentes trabalha com a ideia de tornar o jornalismo “mais íntegro e integral” (Moraes, 2019, p. 205), a partir da mudança de perspectiva acerca dos critérios de noticiabilidade. O objetivo é aprofundar a apuração e a checagem de informações e proporcionar espaço para a pluralidade de vozes.

Entendemos que o jornalismo de subjetividade, que preza, como dito, pela semelhança, e não pela diferença (o eu, “normal”, o outro, “espetacular”), pode ser um caminho importante para fissurar essa prática estabilizada, na qual há a recusa a modos de existência não hegemônicos. Ele também proporciona a abertura para o que o campo, a rua, as complexidades que se colocam durante a investigação, podem trazer. (Moraes, 2019, p. 214).

Para Ijuim (2017, p. 242), “não perceber a complexidade dos fenômenos e não reconhecer e não se comunicar com o Outro, me parece, são maneiras de não colocar o ser humano como ponto de partida e de chegada na narrativa jornalística”. Quando não há humanização em uma reportagem ou em uma notícia, os personagens se tornam meros objetos dos fenômenos narrados, não são tratados como pessoas participantes da notícia ou do meio em que estão inseridas, “o que leva repórteres e editores a carregarem em seus fazeres vários estereótipos e estigmas que banalizam a vida humana” (IJUIM, 2017, p. 238).

Percebe-se que, quando há ausência de subjetividade e humanização nas produções jornalísticas, a maioria das fontes ouvidas costumam ser oficiais e, em menor escala, as especializadas, criando um abismo entre a reportagem e o público que ela pretende atingir. Em contrapartida, no jornalismo independente, por ser produzido com mais tempo, podemos perceber a diligência dos repórteres em ouvir o maior número de fontes comuns. Também são mais recorrentes as posturas de retratar com fidelidade o cenário em que vivem essas personagens, por meio tanto de texto quanto de fotografias, contrastar dados oficiais com a realidade observada e chamar a atenção do público para as problemáticas reais contextualizadas em cada reportagem.

Para entender as características que compõem as reportagens de fôlego analisadas a seguir, foi adotada a Análise Temática (Braun & Clarke, 2006), técnica qualitativa aplicável com uma variedade de abordagens teóricas e epistemológicas. Braun e Clarke (2006, p. 3) a definem como “uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um conjunto rico e detalhado, ainda que complexo, dos dados”. O foco se deu na análise do equilíbrio ou preponderância das falas de fontes comuns, especializadas, oficiais e documentais, o contexto das fotografias, a estrutura textual da reportagem e apresentação contextualizada e didática do tema central.

Resistência nas comunidades quilombolas

A Agência de Conteúdo Eco Nordeste é um veículo de mídia independente do estado do Ceará que, além da realidade local, desenvolve reportagens com a temática social, ambiental e cultural envolvendo todos os estados do Nordeste brasileiro. O foco da agência é promover o respeito e a inclusão às minorias sociais, como indígenas,

quilombolas, ciganos, bem como ampliar o espaço para o protagonismo feminino e juvenil.

Na reportagem “Mulheres quilombolas são linha de frente da resistência ao racismo ambiental em SE”, destacam-se as figuras de três mulheres quilombolas, Dona Deca, Cida e Izaltina, que são ativas na luta pela preservação das comunidades tradicionais em que vivem. Assim como o posicionamento de dois pescadores, Eneias e Seo Domenício, que expressam as suas indignações frente ao que as comunidades enfrentam devido à degradação ambiental. A reportagem também traz enfoque para a multinacional ExxonMobil, confrontando os pronunciamentos da empresa com as falas dos moradores das comunidades quilombolas.

Localizado no litoral norte do estado de Sergipe, o município de Brejo Grande abriga cinco comunidade quilombolas: Brejo Grande, Brejão dos Negros, Carapitanga, Santa Cruz e Resina. Temos na primeira parte da reportagem, a apresentação de três mulheres quilombolas que estão à frente da defesa de seus territórios em cada uma das comunidades às quais pertencem. Dona Deca (Maria José Bezerra dos Santos) é da comunidade remanescente de quilombola em Brejo Grande, Cida (Maria Aparecida Vieira Xavier), da comunidade de Resina e Maria Izaltina do Quilombo Santa Cruz. Apresenta-se, também, o envolvimento de cada uma dessas mulheres no processo de reconhecimento de suas localidades como território quilombola.

Já no primeiro parágrafo são apresentados ao leitor os problemas que as cinco comunidades têm enfrentado. Dentre eles, está o racismo ambiental. Ao longo do segundo subtópico da reportagem, vemos como essas comunidades têm sido afetadas por racismo estrutural, institucional e, principalmente, ambiental. Como ressalta a jornalista, o termo racismo ambiental tem sido utilizado para explicar o “processo de discriminação sofrido por territórios periféricos, indígenas, quilombolas e de povos tradicionais que vivenciam a degradação ambiental, a marginalização e a vulnerabilidade em decorrência da omissão do poder público” (Silva, 2022).

Somado ao racismo ambiental, a região tem enfrentado também o projeto de exploração de petróleo da empresa multinacional ExxonMobil na Bacia de Sergipe e Alagoas. A reportagem destaca o histórico da empresa com desastres ambientais e como isso gera preocupação nos moradores. São apresentados e confrontados os contrastes entre as informações fornecidas pela ExxonMobil em seu Relatório de Impacto

Ambiental (Rima) e a opinião das fontes especializadas que analisaram e apontaram incoerências entre esse documento e a realidade vivida pelas comunidades, principalmente pelos pescadores.

A repórter traz ao leitor os pronunciamentos da ExxonMobil, feitos por meio de sua assessoria de comunicação, nos quais a empresa responde aos questionamentos e acusações feitos a ela. A empresa também é enfática em afirmar o seu compromisso com a preservação do meio ambiente e o seu interesse pelo treinamento de pescadores e pela escuta dos moradores das comunidades tradicionais. Estes pronunciamentos são rebatidos pelas falas das fontes comuns e especializadas utilizadas ao longo da reportagem.

Temos ao todo cinco fontes comuns e três fontes especializadas que são unânimes em destacar que o território quilombola de Brejo Grande sofre diretamente os impactos da degradação ambiental. As fontes comuns são moradores das comunidades já citadas e que atuam de forma ativa na luta contra o racismo e a destruição ambiental e a favor da preservação dos costumes tradicionais locais e da atividade pesqueira.

A pesca artesanal e a agricultura familiar são os modos pelos quais as comunidades tradicionais mantêm a preservação do meio ambiente e a proteção da cultura local no município de Brejo Grande, sendo a pesca a principal fonte de renda para os moradores. São apresentadas, no quinto subtópico da matéria, as reclamações dos pescadores acerca da redução de peixes e da atividade pesqueira em decorrência do derramamento de óleo na costa do Nordeste em 2019 e o agravamento da situação ocorrido devido à pandemia de Covid-19 em 2020, que prejudicou tanto a pesca quanto a venda de peixes. A reabertura do comércio foi possível com o avanço da vacinação contra a Covid-19.

A forma como foram dispostas as fotografias ao longo da reportagem ajuda o leitor a ter uma compreensão mais nítida tanto dos personagens que estão no centro da notícia como do local sobre o qual está sendo narrada a reportagem. É interessante observar que as fontes comuns não são apenas descritas textualmente. Com as fotografias é possível criar uma identificação com a pessoa que está sendo citada. O jogo entre imagem e texto como, por exemplo, nos trechos que abordam a atividade pesqueira e o rio São Francisco, possibilitam ao leitor visualizar com clareza o ambiente e a situação descrita.

Ao longo da reportagem, a repórter opta por apresentar trechos de pesquisas e de documentos que abordam desde a origem do termo racismo ambiental até o movimento de resistência liderado por entidades nacionais e internacionais perante as consecutivas ações de degradação ambiental que acometem o litoral norte do Estado de Sergipe. As fontes documentais utilizadas endossam as falas dos moradores das comunidades atingidas e confrontam as divergências encontradas no Rima e nos pronunciamentos feitos pela ExxonMobil.

Racismo e chuva em áreas de risco

Partindo de uma observação da realidade local em Recife, na reportagem “Dos portos aos morros: a face do racismo ambiental em Recife e Salvador”, o repórter atenta para as questões socioambientais que afetam a Zona Norte da capital pernambucana. Ao apontar os dados que contabilizam as cidades brasileiras com maior população em áreas de risco de desastres naturais, a reportagem traz Salvador em primeiro lugar e Recife em segundo. As duas cidades foram portos de movimentação de tráfico negreiro no Brasil e Salvador, primeira capital do país, é considerada como a cidade mais negra fora da África. O repórter destaca as semelhanças e as diferenças entre as duas metrópoles, no contexto da conscientização da população e nas ações promovidas pela Prefeitura e pelo governo do Estado, bem como salienta a contribuição da herança racista, que dificulta e produz a luta por habitação de qualidade e condições de habitabilidade.

Dividida em 10 subtópicos e narrada na primeira pessoa do singular, a primeira parte da reportagem aponta para questões ambientais relevantes e preocupantes no Recife, destacando os impactos ainda presentes do deslizamento de terra na encosta entre maio e junho de 2022, que registrou o total de 50 mortos, na Zona Norte da cidade. Em Recife, a reportagem gira em torno do Alto Santa Terezinha e do morro Linha do Tiro.

Por meio das fotografias, o leitor consegue acompanhar o repórter ao longo do percurso feito durante a construção da matéria. A sequência de imagens e as legendas inseridas auxiliam o leitor a ter uma percepção clara das consequências dos deslizamentos de terra ocorridos tanto em Recife como em Salvador. O fato de o

repórter ter sido também o fotógrafo dessa reportagem contribui para o equilíbrio e a lógica entre texto e imagens, ressaltando o efeito de contextualização jornalística.

O repórter utiliza de dados de porcentagem e estatísticas para embasar o ponto de partida da reportagem. Ele também faz o resgate histórico do Porto de Recife como a terceira área mais movimentada de tráfico negreiro entre os séculos XVI e XIX, aponta dados atuais sobre a porcentagem da população autodeclarada em Recife e aborda como aconteceu o estabelecimento da população negra liberta no entorno dos morros e córregos a partir de uma política higienista de Estado, entre os anos 1930 e 1950.

Na reportagem são relatados os sentimentos causados pelos traumas nos adultos e crianças que vivenciaram as tragédias provocadas pelas chuvas ou que perderam familiares em decorrência dos deslizamentos e soterramentos. Ressalta-se a ajuda da própria comunidade em socorrer os atingidos pelos deslizamentos, bem como os protestos dos moradores em relação à dimensão política no âmbito ambiental e habitacional.

O repórter utiliza as falas registradas na dissertação de mestrado da antropóloga Flora Clarissa para apontar os fatores que contribuem para as tragédias ocorridas e as suas consequências. Além do fator natural da chuva e da falta de política de moradia, destaca-se a competitividade entre moradores que querem a atenção pública para si. Segundo o jornalista, “um acirramento que cresce com a falta de transparência em relação aos critérios de escolha sobre qual casa, área ou comunidade tem maior necessidade de proteção” (Moura, 2023).

O uso de fontes especializadas nessa reportagem ajuda o leitor a ter uma noção mais precisa sobre os fatores que contribuem para a ocorrência de deslizamentos de terra em áreas de risco. Bem como aponta para a ausência de políticas públicas que atendam à demanda de moradia digna aos moradores tanto de Recife quanto de Salvador. O repórter traz o depoimento da pesquisadora Regina Alvavá, que denota que os deslizamentos não são apenas resultados das chuvas mas, também, da ação humana de ocupação desordenada, consequência da ausência da política de moradia.

Na segunda parte da reportagem, já em Salvador, que abrigou o segundo porto mais movimentado de tráfico negreiro entre os séculos XVI e XIX, o jornalista traz os dados sobre a quantidade de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas e a disparidade salarial entre pretos e brancos na capital baiana. Salienta, ainda, o processo de

“desterritorialização” vivido no Alto da Sereia, comunidade registrada como quilombola pelo estado da Bahia, local onde houve o desabamento parcial de um imóvel e a interdição de outras sete casas em maio de 2018.

Ressalta que o Brasil passou a preocupar-se com a prevenção de desastres socioambientais há 12 anos. O repórter apresenta as semelhanças e as diferenças entre Recife e Salvador com relação às medidas tomadas para a prevenção de desastres naturais. Destaca a ação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) em alertar sobre os riscos das chuvas em Recife e o treino preventivo de evacuação de áreas de risco realizado pela Defesa Civil de Salvador (Codesal).

Entre as fontes especializadas, há a participação da geógrafa Jilvana Ferreira, que estuda a contribuição do racismo na manutenção dos deslizamentos ocorridos em Salvador e as ações e omissões do Estado e das instituições que fomentam o racismo de forma velada ao tentar desvincular a falta de assistência de direitos básicos e os desastres nas áreas de risco.

Os fatores destacados pelas fontes especializadas ganham força à medida que o repórter insere os depoimentos dos personagens comuns na matéria. Observa-se que foram entrevistados dois moradores do Alto Santa Terezinha, em Recife, duas do Alto da Sereia, em Salvador, e duas outras do bairro Calabetão, em Salvador. Os relatos expostos pelas seis fontes comuns apresentam um quadro de medo e preocupação por conta das chuvas, mas, também, de indignação diante da falta de assistência da Defesa Civil e da administração municipal.

O repórter dá enfoque ao Coletivo Calabeteiras, grupo composto por mulheres do bairro Calabetão, e a preocupação delas em realizar ações solidárias e promover políticas públicas que auxiliem essas moradoras em áreas de risco. O repórter apresenta a realidade dos bairros visitados na companhia de integrantes do Coletivo Calabeteiras. Nota-se que entre os moradores entrevistados em Salvador, também há o medo com relação às chuvas, embora haja a conscientização maior por parte da população e da Prefeitura e do Estado.

A reportagem conta com cerca de 12 fontes documentais que auxiliam o repórter a embasar as suas pesquisas sobre a problemática das áreas de risco em Recife e em Salvador. É importante observar que o repórter preza por utilizar dados históricos e

atualizados para fazer o leitor entender a gravidade do problema vivido nas duas cidades. O repórter recorre a reportagens, dissertações e trabalhos de conclusão de curso que abordam os temas de desastres ambientais e o racismo ambiental como forma de voltar a atenção do leitor para o quanto essas temáticas já foram e estão sendo debatidas em diferentes vieses.

Ressalta-se que o repórter utiliza a Lei de Acesso à Informação (LAI) para conseguir respostas de fontes oficiais. Assim, registra os posicionamentos da Prefeitura do Recife, a Defesa Civil de Salvador e o Governo do Estado de Pernambuco sobre questões relacionadas aos investimentos em urbanização das áreas de risco e políticas de prevenção em áreas vulneráveis a deslizamentos de terra em Recife e a respeito do recorte racial dos moradores em áreas de risco em Salvador.

Abordagens distintas

Ao compararmos as duas reportagens da Agência Eco Nordeste podemos perceber que, embora abordem o mesmo tema e tenham sido publicadas no intervalo de tempo de um ano e dois meses, os jornalistas Agatha Christie Silva e Victor Moura exploraram recursos distintos para redigir matérias envolventes, humanizadas e de fácil entendimento. Buscaram organizar as informações de forma que os leitores possam compreender tanto o racismo ambiental, que está sendo colocado em pauta, quanto a realidade das pessoas e dos lugares que estão sendo afetados por ele.

A escolha dos repórteres pelas localidades em destaque nos três estados nordestinos denota a preocupação de ambos ao colocar em discussão um tema que não é debatido com frequência pelos grandes veículos nacionais de mídia, tampouco os regionais. Em concordância com o título da primeira reportagem, a repórter Agatha Christie apresenta um *lead* que traz ao público, de imediato, a problemática do racismo ambiental e de outras questões relacionadas ao meio ambiente enfrentadas pelas cinco comunidades quilombolas do município de Brejo Grande.

Já na segunda reportagem, apresentada em duas partes, o repórter parte da observação das áreas de risco de deslizamento de terra para os dados e estatísticas que sinalizam o recorte racial da população que é mais atingida pelas tragédias ambientais e pela falta de políticas públicas de moradia tanto em Recife como em Salvador.

Observa-se que, ao longo da reportagem, Moura utiliza fontes documentais que fornecem acesso aos dados referentes à quantidade de pessoas que morreram por deslizamento de terra entre 1988 e 2022 no Brasil, ao ranking de vulnerabilidade à elevação do nível do mar e à porcentagem de pessoas negras em áreas de risco em Recife e em Salvador. Esses dados são a base e corroboram com o ponto de partida escolhido pelo repórter para iniciar a sua investigação jornalística.

Por sua vez, Silva opta por construir a narrativa de sua reportagem por meio das falas das fontes comuns entrevistadas, dando ênfase ao protagonismo feminino e ao processo de reconhecimento das comunidades como território quilombola pela Fundação Cultural Palmares. A repórter utiliza, ao todo, oito fontes documentais e uma fonte oficial, evidenciando a prioridade em dar espaço para as fontes comuns e especializadas ouvidas expressarem as suas opiniões acerca dos problemas enfrentados no município por causa do racismo ambiental e das consequências das ações da empresa ExxonMobil.

Podemos perceber que na primeira reportagem é possível prontamente identificar e caracterizar o racismo ambiental pelo fato de o conteúdo da matéria estar ligado diretamente às comunidades quilombolas. O mesmo, porém, não acontece na segunda reportagem, por se tratar de duas metrópoles, Moura trouxe para a reportagem dados como a quantidade de pessoas autodeclaradas negras (pretas ou pardas) e falas de uma antropóloga e de uma geógrafa para reforçar o ponto de vista central e associar a ausência de políticas de moradia com a herança racista nos lugares visitados.

É importante observar que as duas reportagens possuem a mesma quantidade de fotografias. Ambas têm a diligência em retratar não somente os cenários sobre os quais está sendo produzida a matéria, mas “dar um rosto” aos personagens comuns, tornando-os próximos e gerando empatia no leitor. Cabe ressaltar que, na primeira reportagem, após a descrição de cada fonte, é apresentada a respectiva fotografia. Na segunda, exceto a adolescente de 17 anos entrevistada, todos os demais personagens ouvidos são retratados por meio de registros fotográficos.

Considerações finais

Ao trazer para o centro da reportagem os rostos e as vozes de pessoas comuns que são acometidas e enfrentam diretamente o racismo ambiental, os repórteres Silva e Moura optam por apresentar ao leitor não apenas uma narrativa de algo que está acontecendo em cada um dos três estados citados. Mas, a partir da participação e presença de pessoas comuns, apresentar a realidade que está subentendida dentro e para além da notícia que, porém, muitas vezes não é contada e não chega ao conhecimento de todos com este nível de aprofundamento.

Desta forma, a Agência Eco Nordeste cumpre o seu papel como veículo de jornalismo independente ao informar com profundidade e riqueza de detalhes, a partir da pluralidade de vozes, a contextualização do racismo ambiental em comunidades quilombolas e em localidades de maioria da população autodeclarada negra (preta ou parda). Vemos que, embora a reportagem realizada no município de Brejo Grande tenha como pano de fundo as ações de degradação ambiental por parte da ExxonMobil e a matéria realizada em Recife e Salvador traga a questão dos deslizamentos de terra provocados pela chuva, o foco das pautas escolhidas pelos dois repórteres não está nestes acontecimentos em si, mas na forma como eles atingem e violam os direitos humanos básicos nas comunidades entrevistadas.

Por conseguinte, podemos perceber de que modo os repórteres aplicam a subjetividade para destacar os sentimentos. É o caso do relato da denúncia de fome nas comunidades quilombolas de Brejo Grande durante a pandemia de Covid-19, presente na primeira reportagem. E os traumas das fontes comuns ouvidas, como o drama do medo das chuvas, vivido pelos personagens da segunda reportagem. Os elementos de subjetividade também contribuem para expor as expectativas e as reclamações. Transforma-se, assim, cada fonte comum em ponto de partida e de chegada, como recomenda Ijuim, em reportagens aprofundadas, checadas e com teor de humanização.

Somado a isso, podemos destacar a relevância de abordar em um veículo de mídia independente, por meio da reportagem de fôlego, temáticas sociais, ambientais, culturais e de direitos humanos pouco discutidas nas mídias tradicionais. Ao tratar da pauta do racismo ambiental, a Agência Eco Nordeste contribui com o jornalismo, de forma geral, para colocar o tema em discussão e tornar visíveis as populações e as localidades que são atingidas por ele. Também exigem novos posicionamentos, tanto

das autoridades estaduais responsáveis, quanto do público leitor a quem se dirige as reportagens.

Referências

ALMEIDA FILHO, E. P. de; SILVA, N. R. Territorialidade e *ethos* em iniciativas de jornalismo independente do Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 15, n. 4, jul, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/4851>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRAUN, V., & CLARKE, V. **Using thematic analysis in psychology**. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101, 2006. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 14 jun. 2024.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro; Loyola, 1993 *apud* ALMEIDA FILHO, E. P. de; SILVA, N. R. Territorialidade e *ethos* em iniciativas de jornalismo independente do Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 15, n. 4, jul, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/4851>. Acesso em: 14 jun. 2024.

IJUIM, J. K. Por que humanizar o jornalismo (?). **Revista Verso e Reverso**, Florianópolis, v.31, n. 78, p. 235-243, 2017. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2017.31.78.07>. Acesso em: 14 jun. 2024.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204 – 219, jan./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2019.153247>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153247>. Acesso em 14 jun. 2024.

MOURA, Victor. Dos portos aos morros: a face do racismo ambiental em Recife e Salvador. **Agência Eco Nordeste**, 18 set. 2023. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/a-face-do-racismo-ambiental-em-recife-e-salvador/>. Acesso em 8 jun. 2024.

PATRÍCIO, E.; BATISTA, R. Elementos de identidade em iniciativas de jornalismo independente. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 217-231, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.153326>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153326>. Acesso em: 13 jun. 2024.

REIS, Mariana. Comunicar, resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do

jornalismo independente no Brasil. **Vozes&Diálogo**. Itajaí, v. 16, n. 01, jan. /jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/download/9455/5791>. Acesso em 12 de junho de 2024.

SILVA, Agatha Christie. Mulheres quilombolas são linha de frente da resistência ao racismo ambiental em SE. **Agência Eco Nordeste**, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/mulheres-quilombolas-sao-linha-de-frente-da-resistencia-ao-racismo-ambiental-em-se/>. Acesso em 29 de abril de 2024.

SOUSA, C. B.; FREITAS, V. G. Ponte Jornalismo e Alma Preta: mídia independente, direitos humanos e igualdade racial. **Esferas**, n. 18, p. 60-72, 23 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.31501/esf.v0i18.11858>. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/11858>. Acesso em: 14 jun. 2024.